



EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE)

CNPJ: 06.977.747/0001-80

COMPANHIA FECHADA

**ATA DA 191ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA,
REALIZADA NO DIA 23 DE MARÇO DE 2026**

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e dez minutos, por videoconferência, reuniu-se ordinariamente o Comitê de Auditoria (Coaud) da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), secretariado por mim, CYNTHIA CABRAL FARIA, Secretária-Geral. Participaram o Presidente do Comitê JOSÉ LUIZ DE SOUZA GURGEL e os membros CLAUDIA CARVALHO POSDNYAKOV e PAULO ROBERTO REICHELT AYRES. Foi convidada para participar a Analista ISABELLA ARAÚJO SEGAL.

ABERTURA E VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM.

Diante da participação de todos os membros, restou configurado o atendimento do quórum estatutário. Assim, o Presidente do Comitê José Luiz Gurgel cumprimentou os participantes e declarou aberta a reunião.

MATÉRIA.

(1) RVA 2026. Foram convidados o Gestor de Conformidade e Gerenciamento de Riscos, João Pedro Rodrigues, e a Chefe de Gabinete, Fernanda Ferreira. João Pedro Rodrigues apresentou os principais aspectos do RVA 2026, com base no Ofício Circular nº 15/2026/MGI, destacando o fluxo do processo, as dimensões, os pesos, os indicadores e metas, bem como as inovações introduzidas pela SEST. O Gestor abordou ainda a régua de apuração, as condições para pagamento e o cronograma, informando que os trabalhos foram iniciados de forma antecipada, com vistas a conferir maior folga aos prazos. O Coaud questionou aspectos relacionados aos prazos, à distribuição de pesos, às metodologias de avaliação adotadas pela SEST e à inexistência de avaliação em modelo 360º para os Diretores, o que foi esclarecido pelos convidados. Indagou-se, ainda, sobre a existência de mecanismos de controle pela Auditoria no regulamento, tendo sido informado que não há previsão nesse sentido. O Comitê debateu os indicadores e as boas práticas de governança, levantando hipóteses quanto à apuração de eventuais denúncias ou fraudes ao final do exercício e seus impactos no programa. Nesse contexto, sugeriu-se o aprimoramento do Regulamento, de modo a mitigar fatores que possam interferir na apuração dos indicadores até a data do pagamento. Paulo Roberto Reichelt Ayres sugeriu que, no regulamento do programa, fique claro que a EPE reserva o direito de reter parcelas ou exigir devolução de RVA em caso de fraude, dolo ou republicação de DFs que alterem metas. Ademais, o Coaud sugeriu que o Conselho de Administração avalie a inclusão de indicador relacionado a apontamentos da Auditoria Interna. Ou seja, estabelecer um percentual da avaliação final que considere a importância de implementar melhorias de controles referentes a **riscos críticos**. Dessa forma, sugere-se que a **não implementação** das ações tenha impacto na avaliação final. O Comitê elogiou o trabalho desenvolvido pela equipe. Em seguida, os convidados se retiraram.

(2) Demonstrações financeiras - janeiro e fevereiro 2026. Foi convidado o Superintendente de Gestão Financeira Sandro Abílio e o Analista Sérgio Araújo. Sandro Abílio apresentou as informações da área referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2026, contemplando as certidões regularizadas, o extrato CADIN, o relatório gerencial da realização orçamentária, com posição atualizada, bem como o controle de restos a pagar. O Superintendente abordou, ainda, os demonstrativos mensais das quatro unidades de faturamento do cartão corporativo, a posição do endividamento, as demonstrações contábeis — incluindo o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados —, os indicadores de desempenho financeiro, os

demonstrativos de gastos com salários, encargos sociais, benefícios, pessoal requisitado e honorários, além do fluxo de caixa do exercício. O Coaud questionou o tratamento da declaração do Imposto de Renda no mês, ao que foi informado que a SRF realizará consulta comparativa com outras empresas públicas. O Comitê debateu a execução orçamentária no final do exercício e indagou sobre eventuais impactos do ano eleitoral nos restos a pagar, sendo esclarecido que não há impacto. Questionou-se, ainda, a inclusão do RVA na folha de pagamento, tendo sido informado que já houve o provisionamento e que os valores passarão a ser registrados no passivo a partir de abril. Sanadas as dúvidas, os convidados permaneceram para o próximo ponto da pauta.

(3) EXTRAPAUTA - Contratação de Auditoria independente. Na sequência, o Analista Sérgio Araújo apresentou a instauração do processo de contratação de serviços de auditoria externa, tendo em vista a impossibilidade de renovação do contrato com a empresa Lopes Machado (BKR), em razão de sua situação irregular no CADIN, conforme demonstrado em espelho apresentado ao Comitê. O Analista detalhou as fases da licitação, bem como o status atual e o calendário das próximas etapas. Após discussões, os convidados se retiraram.

(4) Relatório Comissão de Ética. Foi convidado o Presidente da Comissão de Ética, Leonardo Lopes, que apresentou a equipe da Comissão e as ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Trabalho 2024-2025, detalhando suas dimensões: regramento ético, educação e prevenção, atuação consultiva, apuração de condutas, divulgação, monitoramento e planejamento. O convidado destacou as ações realizadas ao longo de 2025, incluindo atividades de educação e prevenção, com os respectivos resultados, bem como as ações consultivas, relacionadas ao atendimento de solicitações de esclarecimentos e orientações, e as ações de apuração, referentes ao tratamento de manifestações de desvios de conduta ética. Abordou, ainda, a divulgação e o monitoramento do plano de trabalho, o planejamento do próximo biênio (2026-2027), o balanço das atividades realizadas, a indicação de membros para mandatos vacantes, a designação de Secretário Executivo e a atualização do site da Comissão de Ética na intranet. O Coaud questionou sobre a previsão de lançamento do novo Código de Ética, ao que foi informado que o documento aguarda parecer da CONJUR, com expectativa de publicação até meados do corrente ano. O Comitê confirmou, ainda, que os ritos adotados nas apurações de denúncias estão sendo conduzidos em conformidade com os procedimentos da Comissão de Ética. Após debates, o convidado se retirou.

(5) EXTRAPAUTA - Apresentação PDE/PNE. Foi convidada a Assessora da Presidência, Patrícia Nunes, que apresentou informações sobre o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2035 e o Plano Nacional de Energia (PNE) 2055, atualmente em consulta pública. A Assessora destacou que os planos são integrados, embora distintos, sendo o PDE de periodicidade anual e o PNE elaborado a cada cinco anos, e explicou o fluxo de elaboração, que envolve alinhamentos prévios entre a EPE e o Ministério de Minas e Energia (MME), definição de diretrizes e premissas, elaboração técnica, consulta pública e posterior aprovação. No âmbito do PDE 2035, Patrícia Nunes apresentou a evolução do consumo final de energia, com perspectiva de crescimento em todos os setores, especialmente indústria e transporte, bem como a ampliação e diversificação da oferta para atendimento à demanda, com manutenção da predominância de fontes renováveis na matriz elétrica. Destacou, ainda, a relevância dos minerais críticos e estratégicos no contexto da transição energética e a estimativa de investimentos da ordem de R\$ 3,5 trilhões no horizonte decenal. Em relação ao PNE 2055, a Assessora abordou o processo de construção do plano, que contemplou inovações metodológicas e a elaboração de cenários energéticos de longo prazo, inicialmente cinco, com posterior inclusão de um sexto cenário a pedido do MME, dos quais três foram aprofundados. Destacou a diversidade de recursos energéticos do país como vantagem estratégica, bem como a tendência de crescimento do consumo de energia, com destaque para o aumento da eletrificação e da bioenergia. Ressaltou que o avanço da bioenergia contribui tanto para a substituição de combustíveis fósseis quanto para a remoção de emissões, sendo os ganhos de eficiência energética fundamentais para atendimento à demanda. A Assessora enfatizou, ainda, a importância do combate à pobreza energética como vetor de inclusão social e eficiência, a manutenção de elevada participação de fontes renováveis na matriz elétrica em todos os cenários, o papel estratégico do sistema de transmissão para garantir confiabilidade e flexibilidade do SIN, e a perspectiva de duplicação da oferta de energia elétrica até 2055, com redução da intensidade energética. Destacou também o potencial do setor energético para contribuição às metas climáticas nacionais e para a diversificação econômica do país. O Coaud questionou o conceito de “terras raras”, tendo a convidada encaminhado esclarecimentos sobre o tema, bem como indagou acerca do perfil dos investimentos na transição energética, sendo informado que estes são majoritariamente de natureza privada. Em considerações finais, Patrícia Nunes ressaltou que a transição energética no longo

prazo demandará a integração de políticas públicas e amplo diálogo entre os diversos setores da sociedade. Ato contínuo, a convidada se retirou.

ASSUNTOS GERAIS

Foram entregues, para conhecimento, as atas das 868ª, 869ª e 870ª reuniões da Diretoria Executiva.

ENCERRAMENTO.

Por fim, às treze horas e cinquenta e cinco minutos, o Presidente agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a 191ª reunião Ordinária do Comitê de Auditoria da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Assim, eu, Cynthia Faria, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros do Comitê participantes e por mim.

(Assinado Eletronicamente)

CLAUDIA CARVALHO POSDNYAKOV

JOSÉ LUIZ DE SOUZA GURGEL

PAULO ROBERTO REICHELT AYRES

CYNTHIA CABRAL FARIA



Documento assinado eletronicamente por **CYNTHIA CABRAL FARIA, Secretária Geral**, em 31/03/2026, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Carvalho Posdnyakov, Membro do Comitê**, em 31/03/2026, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **José Luiz de Souza Gurgel, Membro do Comitê**, em 31/03/2026, às 19:21, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Reichelt Ayres, Membro do Comitê**, em 31/03/2026, às 20:00, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://epe.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0033309** e o código CRC **4BEB5752**.
